



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141442 - MG (2021/0013150-2)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : ANDRE GANDRA VIEIRA ANGELO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANDRE GANDRA VIEIRA ANGELO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.580693-8).

O recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, posteriormente convertida, de ofício, em preventiva.

Sustenta que a conversão da prisão em flagrante em preventiva, de ofício, caracteriza constrangimento ilegal, uma vez que a Lei n. 13.964/19 evidenciou a impossibilidade de decretação da prisão de ofício pelo juiz, em razão do processo acusatório adotado no ordenamento pátrio.

Aduz, ainda, que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto o paciente é primário, de bons antecedentes, possui residência fixa e trabalho lícito.

Requer, liminarmente, a suspensão da prisão preventiva ou sua substituição por medidas cautelares diversas. No mérito, pugna pelo provimento do recurso para que seja declarada a nulidade da prisão preventiva decretada em desrespeito aos requisitos legais.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência